

Candidatos pouco atuaram na Câmara

J. AURELIO DE ABREU

Os dois candidatos a presidente da República, que estão em primeiro e segundo lugares nas pesquisas de opinião pública, Leonel Brizola, do PDT e Fernando Collor, do PRN não tiveram uma atuação brilhante no exercício do mandato parlamentar. Brizola se destacou como um orador empolgante, que sempre provocava tumultos no plenário ao discursar. Já Fernando Collor, mais discreto em seus pronunciamentos, apresentava como tema principal de seus discursos a defesa dos interesses dos usineiros de Alagoas, estado que o elegeu deputado federal em 1982.

Leonel Brizola foi eleito por duas vezes deputado federal. Em nenhuma das duas ocasiões conseguiu terminar o mandato. Da primeira vez, em 1955, deixou o cargo para ser prefeito de Porto Alegre, ficando no exercício parlamentar apenas por um ano.

Em 1962, foi eleito pelo Estado da Guanabara, mas acabou cassado em 10 de abril de 1964.

Logo no primeiro dia de seu mandato, em 1955, na sessão destinada ao juramento dos parlamentares de fazer cumprir e defender a Constituição, Brizola demonstrou que estava disposto a marcar sua atuação como um parlamentar crítico da UDN e principalmente de Carlos Lacerda, seu maior adversário político de então. Quando Lacerda foi chamado para jurar, Brizola interrompeu a sessão para criticá-lo.

"O compromisso deste deputado deve ficar bem claro e bem expresso perante a Nação, porque ainda hoje ele defendia no seu jornal o fechamento desta Câmara. Encontramo-nos em um dilema: ou aceitaremos seu juramento como válido e legítimo e então o panfletário está enganando o povo lá fora, ou o panfletário está falando a verdade, e assistiremos aqui consternados um juramento falso".

Lacerda não respondeu ao pronunciamento de Brizola e nem a chamada. Esperou que a sessão estivesse no fim para se apresentar no plenário e fazer seu juramento.

Durante todo 1955, marcado pelo suicídio de Getúlio Vargas no ano anterior, Brizola discursou defendendo as instituições e acusando a UDN de estar tramando um golpe de estado. Em maio de 1955, em um longo pronunciamento, ele afirmou que estava correndo o risco de ser preso, mas não tinha nenhum receio.

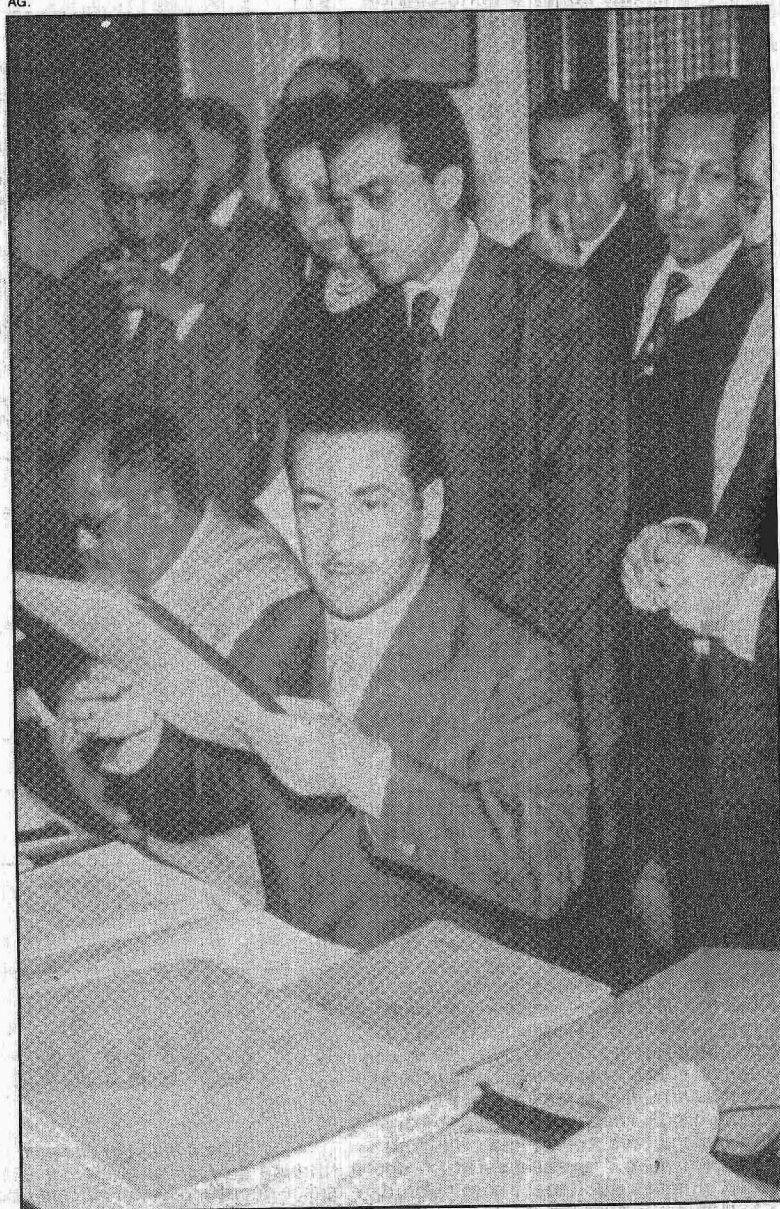
"Se eu tivesse de ser preso em consequência de algum golpe, queria ter a honra de sê-lo aqui dentro. Aliás, tenho certeza de que os representantes do povo, diante de uma violência, de um atentado às instituições, prefeririam defender, com risco da própria vida, os compromissos assumidos perante o povo brasileiro".

No entanto, em 23 de novembro desse mesmo ano, Brizola lê uma nota de seu partido, o PTB, apoiando o estado de sítio decretado para garantir a ordem e as instituições diante da inquietação social que se seguiu ao suicídio de Vargas. Brizola aproveitou para acusar a UDN de intrigar Getúlio e de ter sido conivente com os fatos que levaram o País a enfrentar aquela crise política.

Em um desses pronunciamentos explosivos, Brizola acusou Danton Coelho de ser "traidor", pois depois de ter sido presidente do PTB e ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, Danton passou a apoiar a candidatura de Ademar de Barros Filho. Insatisfeito com as suas críticas, Brizola desceu da tribuna e partiu para cima de Danton, que se encontrava sentado em uma das primeiras fileiras do plenário. Os dois se atacaram, foram apartados com muita dificuldade pelos deputados que se encontravam próximos, para sorte de Brizola, porque Danton estava armado.

Mais tarde, em 1962, Brizola foi eleito deputado federal pelo então

AG.



O deputado Brizola em 1955: duras críticas a Lacerda e à UDN

Estado da Guanabara. Como era governador do Rio Grande do Sul, ele preferiu não se desincompatibilizar do cargo para disputar a eleição. Desta forma se apresentou ao eleitorado da Guanabara e acabou sendo eleito por 262 mil votos, a maior votação de um deputado até então. Exatamente por isso, o deputado Carvalho Sobrinho pediu a cassação de Brizola, que não perdeu a oportunidade de se defender.

"Sou apenas titular do mandato, porque aqui não estou somente como cidadão: aqui estão quase 300 mil brasileiros que me honraram com a sua confiança... cassará o deputado, a Câmara, ou o Poder Judiciário os direitos destes brasileiros? Indagou Brizola.

A partir daí, Brizola passou a ser um crítico ferrenho do Congresso Nacional, gerando polêmicas e causando tumulto no plenário com seus pronunciamentos. Neste mesmo dia em que se defendeu da proposta de cassação, Brizola definiu o Congresso como um "clube de privilegiados". Para ele, a proposta do deputado Carvalho Sobrinho era uma demonstração disto.

"Isto é mesmo um retrato deste clube que é a política tradicional brasileira. Vive este clube preocupado com questões de 'lana caprina', com o sexo dos anjos, convivendo, indiferentemente, com oito milhões de crianças sem escolas, e com mais cinco milhões que estão na escola, mas de pé no chão, maltrapilhas e famintas".

O tumulto começa e parece incentivar Brizola, que continua o seu pronunciamento afirmando que "depois que os deputados assumirem os seus mandatos, receberemos uma ajuda de custo de centenas de milhares de cruzeiros, fecharemos esta Casa para entrarmos em férias, isto realmente é um escárnio sobre o sofrimento e os dias de miséria que o nosso povo está enfrentando".

Mais tarde, em março de 1963, Brizola faz um pronunciamento para responder os que o acusavam de comunista:

"Incluo-me entre aqueles que

nada têm com o comunismo, nem com a Rússia, mas que nem por isso consideram um galardão, um ato de coragem combater o comunismo. Consideramos que nesta época combater o comunismo é um ato de covardia. Combater o capitalismo, isso sim, é um ato para o qual se requer muita coragem".

discursou Brizola. Em julho de 1963, Brizola voltou a atacar o Poder Legislativo em discurso na Câmara dos Deputados. Desta vez, recebeu o aparte do então deputado e atual senador João Calmon que afirmou ter Brizola "a idéia fixa de permanente hostilidade ao Congresso Nacional. Há cerca de 48 horas atacou com a maior violência este Congresso, declarando que deste mato não sai coelho, que este é um Congresso que se equivale àquele do tempo do império, um Congresso de escravocratas, um Congresso de senhores de escravos e que desse Congresso não sairá nenhuma reforma".

O tumulto tem início. Brizola parte para cima de João Calmon que apenas cruza os braços, e o vê sendo retirado do plenário por alguns parlamentares que estavam próximos. Um repórter se aproxima de Calmon e pergunta se ele estava com a mão em sua arma. Ele respondeu: "Não só estou com a mão no revólver, como com o dedo no gatilho".

Brizola apresentou um único projeto de lei, estabelecendo as normas para a concretização da reforma agrária. Nesse projeto, a desapropriação seria feita por interesse social e ao dono das terras seria paga uma indenização correspondente "ao valor estipulado pelo proprietário por ocasião de sua declaração de rendimentos para efeito de imposto de renda, ou ao valor da propriedade para efeito de cobrança de imposto territorial ou ao valor estabelecido em avaliação judicial".

O pagamento das indenizações, seria feito por títulos especiais da União, resgatáveis no prazo de 20 anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas.